



Revista Saúde em Redes (ISSN 2446-4813), v. 7, Supl. 1 (2021).

O território COnVIDa a reexistir: ensaios e narrativas sobre respostas à pandemia nos pontos de atenção nos territórios onde a vida acontece

DOI: 10.18310/2446-48132021v7n1Sup.3525g614

(Capa: Márcio Mariath Belloc)

RESENHA

Educação e comunicação sobre vacinas contra Covid-19: um caminho a mais para a redução do impacto da doença nas populações.

Tiago de Oliveira Furlam

ORCID: 0000-0001-8826-4964

Universidade Federal de Minas Gerais –
Faculdade de Medicina

Carla Jorge Machado

ORCID: 0000-0002-6871-0709

Universidade Federal de Minas Gerais –
Faculdade de Medicina

Claudia Cristina de Aguiar Pereira²

ORCID: 0000-0003-1389-9214

ENSP/Fiocruz

Autora correspondente:

Carla Jorge Machado

Faculdade de Medicina da UFMG.

E-mail: carlajmachado@gmail.com

Resumo:

Trata-se de resenha crítica da obra, cuja referência é: *National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. 2021. Understanding and Communicating about COVID-19 Vaccine Efficacy, Effectiveness, and Equity. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/26154>*

PALAVRAS-CHAVE: Ensino em Saúde; Educação em Saúde; Vacinas; Covid-19.

No final de 2019, emergiu em Wuhan, na China, uma série de casos de pneumonia com agente etiológico até então desconhecido¹. A partir disso, descobriu-se um novo coronavírus, denominado coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), o qual é responsável pela doença que ficou conhecida como Covid-19¹. Tal vírus disseminou-se rapidamente por diversos países e deflagrou uma pandemia que desde então segue acometendo uma grande parcela do globo.

Medidas que amenizem os impactos da pandemia, como ações que levem a redução no número de casos graves e de hospitalizações, são de suma importância, haja vista a necessidade de proteger a população e os serviços de saúde de uma sobrecarga que poderia levar ao seu colapso. Nesse contexto, além das medidas de proteção individual e do distanciamento social, passou a haver uma corrida para o desenvolvimento de vacinas eficazes e efetivas no combate ao SARS-CoV-2, de forma que diversas empresas e países se esforcem, desde o início da pandemia, para alcançar esse objetivo. Calcula-se que, para a aquisição da imunidade coletiva (ou de rebanho), cerca de 70% da população mundial deva ser vacinada². Contudo, diversos problemas se tornaram entraves à essa conquista de uma forma tão rápida

quanto desejado. Tem-se como exemplos a falta de insumos para a produção de vacinas ³, a desconfiança na ciência, nas companhias farmacêuticas e no governo ⁴ e também o uso de explicações simplistas ⁴ e as chamadas *fake News* ⁵.

Torna-se essencial, então, que a comunicação referente aos atributos das vacinas seja feita de forma eficaz e honesta, permitindo que a população geral, muitas vezes leiga, consiga entender a mensagem que se deseja passar de forma clara, sem equívocos, e passe a confiar nas vacinas e nos órgãos responsáveis pela sua implantação. Nesse cenário, o documento intitulado “*Understanding and Communicating about COVID-19 Vaccine Efficacy, Effectiveness and Equity (2021)*” ⁶ é uma contribuição de grande valia na construção e disseminação dessas comunicações.

Trata-se de uma consulta a especialistas, disponível em sítio da internet da editora *The National Academies Press*, composta por vinte e três páginas, durante as quais são explicitados e elaborados diversos aspectos referentes à comunicação referente às vacinas contra a Covid-19. Apesar de se tratar de um documento com enfoque na realidade dos Estados Unidos, várias informações podem ser utilizadas pelas autoridades brasileiras, apresentando grande relevância para auxiliar na elaboração de comunicação assertiva sobre os assuntos referentes à vacinação contra a Covid-19.

Ressalta-se no documento a importância da comunicação efetiva, a qual, quando ausente, pode levar à perda de fé na vacina e nos seus distribuidores por parte da população. Um ponto interessante dessa consulta é que os autores distinguem, inicialmente, os termos eficácia e efetividade, os quais, muitas vezes, são utilizados como sinônimos, apesar de apresentarem definições distintas. Dessa forma, evita-se que haja, por exemplo, interpretações equivocadas por parte da população e também dos profissionais quando esses termos são utilizados. A eficácia se refere à redução percentual na probabilidade de ocorrência de um desfecho clínico pré-definido no grupo vacinado quando comparado ao grupo não vacinado, sendo quantificada tipicamente em ensaios clínicos randomizados. Já a efetividade é referente à resposta média à vacina quando ela é implementada em condições reais, usuais, ‘do mundo real’, em que pode haver fatores interferentes não presentes nos ensaios controlados, como, por exemplo, pessoas que utilizam determinadas medicações, condições de armazenamento e de transporte das vacinas, entre outros, de forma que esses podem interferir no efeito da vacina e aumentar a variabilidade na resposta interindividual. A efetividade é normalmente avaliada por meio de estudos observacionais e é tipicamente menor do que a eficácia observada em condições controladas. Destaca-se ainda que a vigilância pós-vacinação no mundo real é fundamental para obtenção de conhecimento da efetividade, os quais podem incluir efeitos colaterais potencialmente raros ou tardios. Portanto, a correta explicação desses termos pode evitar desconfiança por parte da população, por exemplo, quando notícias divulgam a incidência de efeitos colaterais raros ou que os efeitos das vacinas estão “abaixo do observado em estudos”, ou seja, que a efetividade da vacina é menor que a sua eficácia, situação esperada, conforme já ressaltado.

Outro ponto essencial para a comunicação clara e transparente com a população é a explicação de quais foram os desfechos analisados nos ensaios clínicos. Os autores destacam que apesar de hospitalizações e mortes serem os desfechos críticos da Covid-19 para os sistemas de saúde, o FDA (*U.S. Food and Drug Administration*) considerou, para a liberação do uso emergencial das vacinas, a condição de Covid-19 sintomática confirmada laboratorialmente. Torna-se também interessante a explicação do motivo pelo qual esses desfechos críticos não foram os principais analisados, a saber, a necessidade de amostras populacionais maiores para que se alcançasse poder estatístico suficiente para a análise de diferenças entre os grupos dos estudos.

Vale destacar outros pontos referentes ao delineamento dos estudos de forma a haver correto entendimento do assunto por parte da população. Os diferentes ensaios utilizaram Covid-19 sintomática de gravidades muitas vezes distintas para a análise da eficácia das mais variadas vacinas. Portanto, comparações diretas da eficácia de diferentes vacinas podem ser potencialmente errôneas. É importante frisar que um outro importante desfecho, a habilidade da vacina de prevenir transmissão, não foi

determinante para a liberação do uso emergencial pelo FDA, sendo esse ainda um assunto de investigação. Dessa forma, é importante esclarecer que ainda há incertezas quanto à transmissão após a vacinação, sobre quantos indivíduos vacinados não terão a doença ou terão a doença assintomática, de forma que as comunicações devem deixar claro que as precauções de saúde pública – por exemplo, o uso de máscaras – devem continuar mesmo após a vacinação.

O documento traz ao leitor informações referentes às três vacinas liberadas para uso emergencial nos Estados Unidos, dentre as quais, a da Pfizer/BioNTech, a Moderna e a Janssen (Johnson & Johnson). No Brasil, além destas três, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária concedeu a autorização temporária de uso emergencial a outras vacinas, dentre as quais a Coronavac, fabricada no Brasil pelo Instituto Butantan, a da parceria Fundação Oswaldo Cruz e AstraZeneca, e a vacina da Pfizer/BioNTech⁷. Em 12 de março de 2021 a vacina AstraZeneca/Fundação Oswaldo Cruz conseguiu o registro definitivo e em 31 de março foi aprovada para uso emergencial a vacina Janssen⁷. Novamente, destaca-se que a eficácia das vacinas foi medida de maneira diferente para as vacinas autorizadas, tornando comparações diretas potencialmente errôneas, devendo as comunicações quanto a esse atributo serem feitas de forma clara.

Quanto ao processo da elaboração da comunicação em si sobre as vacinas, os autores chamam a atenção para o fato de que a efetividade da comunicação depende de vários fatores, sendo importante destacar que os indivíduos respondem tanto à forma como eles aprendem – ou seja, como recebem a informação – e também sobre o que esses indivíduos aprendem. O conteúdo da comunicação, segundo o documento, inclui, entre outros, sua precisão, incerteza, autoridade, usabilidade e compreensibilidade, bem como a competência cultural e a adequação linguística. Dessa forma, entende-se, portanto, que a comunicação é um processo que deve ser bem elaborado e voltado ao seu público-alvo, com informações relevantes e descritas de forma adequada a esse. Segundo o documento, a comunicação deve também ser bidirecional, ou seja, deve envolver membros da comunidade e do público-alvo, objetivando atender às suas necessidades, transmitir empatia, responder às suas preocupações e perguntas e, por fim, aumentar a sua confiança na vacinação.

Destaca-se ainda o fato de a comunicação de risco e a promoção de saúde serem atividades distintas, porém correlacionadas. Descreve-se que a comunicação de risco é um termo comum para comunicações destinadas a informar escolhas que envolvam riscos, bem como custos e benefícios associados, enquanto a promoção de saúde utiliza comunicações destinadas a proteger determinados comportamentos desejados. Os autores ressaltam o fato de que somente apresentar a ciência envolvida nas vacinas não garante que as pessoas aceitarão as recomendações ou mudarão seus comportamentos, visto que diferentes indivíduos podem interpretar a mesma evidência de forma distinta, de acordo com suas prioridades. Portanto, a comunicação de risco deve ser feita de forma clara e efetiva, baseada em princípios norteadores, de forma a facilitar o entendimento da população, conforme será descrito a frente.

Os autores descrevem no documento quatro etapas para a produção de conteúdo de comunicação sobre a eficácia da vacina, o qual deve ser responsivo às necessidades dos recipientes. O primeiro é a importância de identificar os desfechos mais relevantes para as decisões dos destinatários por meio de parcerias comunitárias, as quais podem identificar as preocupações principais do público-alvo. O segundo é resumir as evidências sobre essas informações, idealmente por meio de coleta, análise e distribuição de evidências concretas sobre os pontos de interesse, indicando também a sua qualidade. Ademais, destaca-se que entre as informações de interesse, podem estar inclusas as instituições envolvidas nos programas de vacinação, especialmente no caso dos indivíduos que levam em consideração os contextos de inequidades atuais e históricas.

O terceiro passo é identificar o subconjunto mais relevante de evidências, visto que as pessoas têm períodos de atenção limitados para o processamento de novas informações, devendo, dessa forma, as comunicações enfocarem evidências mais importantes para as decisões daquele que recebe a informação. Assim, a utilização de formatos consistentes, além de linguagem e termos culturalmente apropriados,

permite maximizar o entendimento por parte da população. Por fim, o último passo é avaliar as mensagens antes de sua disseminação, por conta de haver uma tendência de superestimar quão bem as pessoas entendem umas às outras. Recomenda-se o uso da avaliação formativa, processo de baixo custo feito por meio de entrevistas em voz alta, em que indivíduos do público-alvo efetuam a leitura de um rascunho do comunicado e declaram como interpretaram cada linha, incluindo o que não ficou claro. Esse processo é ainda mais interessante visto que auxilia no engajamento das comunidades-alvo no processo, estimulando o envolvimento dessas na promoção das vacinas.

Descreve-se também cinco passos para o *design* de conteúdo de comunicação sobre a eficácia e a efetividade das vacinas contra a Covid-19. O primeiro é a definição clara dos termos, tendo, como exemplo, o fato dos ensaios clínicos terem utilizado desfechos distintos, o que pode gerar confusão no entendimento no público-alvo. Uma maneira de resolver essa situação seria, por exemplo, segmentar as mensagens de forma clara, por mesmos desfechos clínicos, como doença grave, hospitalização e morte. O segundo passo é utilizar números para descrever quantidades, visto que estudos indicam que quantificadores verbais, como “raros” e “provável”, são menos eficazes, já que a mesma expressão pode significar diferentes coisas para diferentes pessoas. O terceiro passo é comparar as opções claramente, o que pode ser feito por meio de tabelas com um elaboração clara e boa delimitação, as quais auxiliam, por exemplo, os indivíduos a pesarem os benefícios e malefícios de determinada escolha. Soma-se a isso a recomendação de fornecer intervalos de confiança junto aos resultados, o que pode também ser útil na tomada de decisão dos indivíduos.

No quarto passo, os autores ressaltam que caso não haja uma opção que seja melhor do que as outras em cada um dos aspectos elencado, a comunicação deve apresentar a evidência sobre todos os desfechos relevantes, visto que diferentes indivíduos podem interpretar a importância de diferentes desfechos de formas distintas. Finalmente, o último passo é comunicar as incertezas e antecipar as mudanças, uma vez que, na eventualidade de mudanças abruptas, isso pode ser interpretado como se alguma informação tivesse sido escondida ou mesmo como despreparo, o que abala a confiança do público, reduzindo a credibilidade na competência e na honestidade dos órgãos envolvidos responsáveis.

Por fim, os autores realizam um recorte sobre essas comunicações no contexto da equidade. Destaca-se que a comunicação clara e transparente sobre as vacinas é essencial para que os observadores julguem quão bem se está atingindo a equidade no contexto da vacinação. Nesse cenário, deve-se seguir os mesmos passos para a elaboração de comunicação já descritos acima, sendo ainda mais importante o reconhecimento do contexto social e histórico do público-alvo. A falta da comunicação honesta e clara prejudica a confiabilidade no processo por parte de grupos historicamente sujeitos à inequidades de saúde. Esse assunto é ainda mais importante visto que, segundo o documento, a pandemia assolou de forma desproporcional diversos grupos sociais, como os negros e indígenas, os quais apresentaram maiores índices de doença, hospitalização e morte comparado com comunidades brancas. Deve-se, portanto, haver explicações claras sobre a lógica dos programas de distribuição oficial das vacinas, sobre as prioridades de vacinação, sobre quais os esforços estão sendo feitos para alcançar os objetivos propostos, quais são os problemas que estão sendo enfrentados, entre outros. O engajamento e a participação da comunidade se fazem novamente necessários, de forma a tornar os indivíduos parte ativa no processo da vacinação, devendo haver retorno (*feedback*) por parte dessas comunidades. Todas essas considerações podem auxiliar que se consiga a garantia de que as medidas tomadas estão sendo realizadas de forma correta, visando a saúde pública, e não atuando plataforma política.

Enfim, trata-se de importante adição para toda a comunidade envolvida na comunicação referente às vacinas contra a Covid-19. O documento traz, de forma clara, sucinta e didática, como os materiais de comunicação devem ser produzidos e elaborados objetivando cumprir seu papel da maneira mais eficaz possível, facilitando o entendimento das informações por parte do público-alvo. Ao seguir os passos fornecidos pelo documento, as autoridades responsáveis pela comunicação maximizarão a eficiência de suas campanhas de vacinação e irão potencializar as chances de alcançar as metas de vacinação contra a Covid-19.

Referências:

¹ Sun P et al. Understanding of COVID-19 based on current evidence. *J Med Virol*. 2020;92(6):548-551. doi:10.1002/jmv.25722

² Fontanet A, Cauchemez S. COVID-19 herd immunity: where are we? *Nat Rev Immunol*. 2020 Oct;20(10):583-584. doi: 10.1038/s41577-020-00451-5.

³ G1. Butantan suspende envase da CoronaVac pela segunda vez por falta de insumo da vacina. [acesso em 2021 maio 06]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/06/butantan-suspende-envase-da-coronavac-pela-segunda-vez-por-falta-de-insumo-da-vacina.ghtml>

⁴ Elleray E. Public vaccine distrust. *Br Dent J*. 2021;230(2):60. doi:10.1038/s41415-021-2617-8

⁵ Catalan-Matamoros D, Elías C. Vaccine Hesitancy in the Age of Coronavirus and Fake News: Analysis of Journalistic Sources in the Spanish Quality Press. *Int J Environ Res Public Health*. 2020;17(21):8136. Published 2020 Nov 4. doi:10.3390/ijerph17218136

⁶ *National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine*. 2021. *Understanding and Communicating about COVID-19 Vaccine Efficacy, Effectiveness, and Equity*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/26154>.

⁷ Brasil. Ministério da Saúde. Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia covid-19 na Rede de Atenção à Saúde - 4ª edição

Como citar: Furlam TO, Machado C, Pereira CCA. Educação e comunicação sobre vacinas contra Covid-19: um caminho a mais para a redução do impacto da doença nas populações. **Saúde em Redes**. 2020; 6 (Supl.2). DOI: <https://doi.org/10.18310/2446-48132021v7n1Sup.3525g614>.

Recebido em: 14/05/2021

Aprovado em: 25/05/2021

